

PARA ESPECIALISTAS

O ambiente em que a rapariga é educada contribui para elevar o número de uniões prematuras

Os casamentos p r e m a t u r o s e gravidezes precoces foram durante muito tempo vistos como uma prática cultural, ignorando o facto de serem prejudiciais às raparigas. Nos últimos anos, as gravidezes precoces têm atingido números alarmantes chegando a cerca de 439.453 mulheres dos 20-24 anos que tiveram o primeiro filho antes dos 18 anos, e deste total 85.257 tinham idade inferior a 15 anos (UNICEF, 2015). Esta situação é, dentre vários factores, motivada pelas normas sociais que defendem que a rapariga deve casar-se após a menarca, e que o casamento é a forma mais eficaz de fugir da pobreza. A Enfermeira de Saúde Materna e Infantil da província de Gaza (que preferiu não se identificar) afirmou que casos de uniões prematuras e gravidezes precoces têm apresentado números elevados nos últimos anos na província, e esta foi a principal motivação para o trabalho de sensibilização de adolescentes e jovens dentro da comunidade e nas unidades sanitárias. “O trabalho com adolescentes e jovens é feito em cooperação com os parceiros comunitários de diferentes pontos tais como: escolas, unidades sanitárias, entre vários outros, para que se informem e sensibilizem os jovens sobre assuntos ligados à violência baseada no género, uniões prematuras e gravidezes precoces”. A fonte contou também ter assistido a vários partos de raparigas que ficaram grávidas precocemente, e muitas delas o fizeram de forma voluntária. “Já assisti a vários partos de raparigas menores, um que particularmente chocou-me foi de duas irmãs que ficaram grávidas de dois irmãos ao mesmo tempo. Creio que a irmã mais velha, que tinha 16 anos, costumava mandar a irmãzinha para chamar o namorado, e nesse momento ela aproveitava ficar com o irmão mais novo do namorado da irmã. É uma história bastante chocante e as duas eram muito novas, mas conversando com os pais conseguimos convencê-los a não mandar as meninas para o lar, de modo que estas continuassem com os seus estudos”. A técnica confessou que casos como o anteriormente descrito são muito frequentes, mas há também situações de raparigas que são entregues pelos próprios pais para se juntarem a homens mais velhos, e por consequência acabam adquirindo uma gravidez precoce. “Para além destas uniões voluntárias, há também inúmeros casos de meninas que são entregues pelos pais para se unirem a alguém mais velho. Lembro-me de uma rapariga de 16 anos que vivia maritalmente com um senhor de mais de 50 anos, pois ele a havia loboado e pago com bois à família da rapariga. E a menina sofria violência doméstica, uma vez que o seu `esposó` se sentia no direito de maltratá-la já que havia pago por ela”. Ao receber esta rapariga na unidade sanitária, ela já estava grávida, a técnica disse ter accionado a Polícia, principalmente porque a menina apresentava alguns hematomas, já que o marido suspeitava que o filho não fosse seu, e a menina confessou estar casada apenas porque os pais a obrigaram. “A menina contou que depois de algum tempo de casados o seu marido viajou para a África do Sul e durante esse período ela estava proibida de sair de casa e ter contacto com as raparigas da sua idade, no entanto quando o marido voltou a rapariga ficou grávida, e o senhor não acreditou que o filho fosse mesmo seu, então a levou ao hospital para que fizessem todos os exames necessários para então saber se o filho era realmente seu”. A história não teve um desfecho agradável, pois se sentindo ameaçado pela intervenção da Polícia, o senhor abandonou o hospital, levando consigo a sua esposa. A enfermeira acrescentou ainda que o trabalho de sensibilização não tem sido fácil, pois há ainda raparigas que apresentam alguma resistência mesmo para participar das reuniões. “Algumas raparigas não levam a sério as palestras, pois acreditam que todo aquele trabalho é para que ganhem dinheiro através delas e nada mais, isto faz com que não participem das reuniões. Mas acredito que o grande problema não é o desconhecimento da lei, mas a maneira e o ambiente em que as raparigas são educadas, afinal muitas delas acreditam que o casamento é uma forma de fugir da pobreza, não só para elas mas também para a família. Elas não acreditam que possam através do próprio esforço chegar a algum lado, recorrem sempre ao casamento, no caso a união prematura”. Como exemplo destas situações, a técnica contou a história de uma rapariga que ao ser sensibilizada sobre os riscos que corria, parou de aparecer na unidade sanitária, e só muito tempo depois apareceu tendo já um bebé do seu parceiro. “Essas situações mostram o quanto tem sido difícil o trabalho feito, pois muitas meninas recusam-se a abandonar os seus parceiros, porque acreditam que lhes possam proporcionar uma boa vida”. Para além do futuro da própria rapariga, a sua saúde também fica bastante comprometida. “Fora a todos os riscos que se tem durante a gravidez: cesárias, fístula obstétrica, anemia e várias outras doenças, porque o corpo não está preparado, há também o risco da contaminação pelo HIV, que se torna ainda mais grave, pois várias meninas abandonam o tratamento, colocando a sua vida em risco. Nisto há ainda um grande caminho por se percorrer, pois a mudança é algo que acontece de forma paulatina, e é necessário que haja muita paciência”.

É preciso insistir no trabalho de consciencialização

A activista social na área de uniões prematuras e gravidez precoce, Francisca Mário Tivane, de 15 anos, admitiu que o trabalho de sensibilização feito através da rádio comunitária não tem sido fácil, e isto faz com que muitos desistam. “A escolha deste trabalho deveu-se ao facto de o distrito de Nhamatanda apresentar muitos casos de uniões prematuras e gravidezes precoces, entretanto vários activistas desistem do trabalho de sensibilização porque acreditam não haver nenhum retorno, mas eu acredito que mesmo que de forma lenta o trabalho tem tido bons resultados”. Francisca relatou algumas histórias que tem acompanhado na sua escola, que serviram de motivação para o seu trabalho: “Acompanhei um caso de uma colega minha quando estava na 7ª classe, que tinha 14 anos de idade, em os pais disseram que já era a altura de se casar. Tendo ela ficado algum tempo a ir à escola, mas quando passamos para o nível secundária foi ao lar”. “O trabalho na rádio tem tido um bom retorno, porque várias pessoas da vila têm acompanhado os programas, e neles temos falado sobre a Lei 19/2019 de Prevenção e Combate as Uniões Prematuras, os riscos de uma gravidez precoce, entre outras actividades, o que faz com que muitas pessoas tenham noção do mal que estas práticas trazem, e que elas são punidas nos termos da lei. O grande desafio é convencê-las a abandonar, porque muitos ainda apresentam certa resistência. No entanto, vários professores também têm falado do assunto na escola, e é uma conversa que se tem tornado costumeira entre os alunos, fazendo com que as meninas tenham noção que não é através do casamento que sairão da pobreza, mas devem investir nos seus estudos. Tivemos um caso recente na escola em que uma das colegas envolveu-se com um rapaz de sua idade e ficou grávida, contudo ela não abandonou os estudos como era o habitual, e isso mostra que o trabalho de consciencialização não tem sido em vão”. “Devemos falar a língua da comunidade”- diz Sociólogo e Assistente Universitário Faustino Guambe Faustino Guambe, Sociólogo e Assistente Universitário na Universidade Pedagógica de Maputo, acredita que não se possa falar de gravidez precoce e uniões prematuras sem mencionar os ritos de iniciação. “Os ritos de iniciação são uma espécie de escola para a rapariga, entretanto têm servido, várias vezes, como uma alavanca para as uniões prematuras e por consequência disso aumento de gravidezes precoces”. Contudo, chama atenção sobre a má interpretação que é feita em torno dos ritos de iniciação, pois acredita que o problema não são os ritos em si, mas a ideia que a sociedade constrói em volta deles. “Dentro dos ritos de iniciação existem períodos, regras e procedimentos, o que não significa que ao participar a rapariga deva unir-se a alguém, mas essa ideia errónea é que coloca em

causa o futuro da rapariga". Quando questionado sobre o machismo na construção das ideologias culturais, a fonte afirmou que isto deve-se, em grande parte, ao facto de o homem ser visto como provedor e a mulher como objecto de riqueza. "Olhando para a lei, ela é muitas vezes construída em benefício da menina, colocando-a como vítima, mas isso já fomenta a desigualdade entre homens e mulheres. Em casos de pobreza é muito frequente que as meninas sejam entregues pelos pais para que se unam a alguém que possa sustentar não só a rapariga como também a sua família. Há também situações em que as raparigas envolvem-se com homens mais velhos de forma voluntária como um meio de melhorar de vida. Assim, essas questões económicas têm sido uma das principais motivações para que haja mais raparigas, assumindo a responsabilidade do lar de forma prematura". "Quanto à aprovação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, Lei 19/2019, é um grande passo para erradicar estas práticas, mas é muito importante ter em conta factores sociais tais como: o papel da família, uma vez que a socialização primária é fundamental para a vida adulta da rapariga, se ela for ensinada que o envolvimento com pessoas adultas é a melhor forma de sair da pobreza, então ela conceberá essa atitude como algo completamente normal. É preciso que se olhe para questões ligadas à comunicação, pois o problema não é o desconhecimento da lei, mas a falta de fé que a população tem nela. É preciso falar a língua da comunidade, usar as leis sociais, afinal de nada adiantará impor conceitos jurídicos se a própria lei não espelha aquilo que realmente acontece. Desta forma, é crucial ter em mente que a mudança acontece de forma lenta, e isso exige um trabalho incansável da parte de todos nós"

Jornal Generus, Género e saúde, 20.09.2021, pág. 13, Ed. n.º 62, Ano II